



2025

Relatório de
Atividades e
Contas



[Handwritten signatures in blue ink]
Mariano
Ferreira

“A alegria de fazer o bem é a única felicidade verdadeira.”

Leon Tolstói



*Luiz
D
el Vecu
F
Pinaud*

Demonstrações Financeiras

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 500875804

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024 Reexpresso
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	8.497.009,66	8.603.138,00
Bens do património histórico e artístico e cultural	5	228.051,34	228.051,34
Ativos Fixos Intangíveis	6	4.023,20	7.777,17
Investimentos financeiros	14.1	54.717,40	27.732,49
		8.783.801,60	8.866.699,00
Activo corrente			
Inventários	9	42.984,62	42.636,17
Créditos a receber	14.3	92.264,51	93.666,51
Estado e outros entes públicos	14.9	17.970,35	9.165,35
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.2	3.329,00	3.146,00
Diferimentos	14.5	50.482,03	36.044,29
Outros ativos correntes	14.4	618.294,86	386.427,33
Caixa e depósitos bancários	14.6	427.202,15	403.591,66
		1.252.527,52	974.677,31
Total do ativo		10.036.329,12	9.841.376,31
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.7	318.301,19	318.301,19
Resultados transitados	14.7	2.591.664,10	2.538.238,68
Excedentes de revalorização	14.7	4.054.432,77	4.094.853,30
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	14.7	1.052.104,21	1.059.834,05
		8.016.502,27	8.011.227,22
Resultado líquido do período		19.188,50	13.004,89
Total dos fundos patrimoniais		8.035.690,77	8.024.232,11
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7-8	707.322,83	923.020,65
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		707.322,83	923.020,65
Passivo corrente			
Fornecedores	14.8	166.880,88	169.601,44
Estado e outros entes públicos	14.9	115.184,24	77.711,41
Financiamentos obtidos	7-8	216.588,82	211.232,72
Diferimentos	14.5	255.912,02	10.026,00
Outros passivos correntes	14.10	538.749,56	425.551,98
		1.293.315,52	894.123,55
Total do passivo		2.000.638,35	1.817.144,20
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10.036.329,12	9.841.376,31

A Mesa Administrativa

Paulo Custos Abreu Jorge
Isabel Maria Marques da Silva
Albino
Costa
Patrícia Garcia Amal

O Contabilista Certificado

Paulo Duarte
cc 81647

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 500875804

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	10	4.438.085,87	4.067.204,42
Subsídios, doações e legados à exploração	14.11	198.117,74	174.757,91
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos dos inventários vendidos e matérias consumidas	9	-405.031,13	-416.706,88
Fornecimentos e serviços externos	14.12	-771.075,08	-764.390,06
Gastos com o pessoal	12	-3.405.237,56	-2.945.137,59
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.3-14.4	-5.201,93	-1.697,96
Provisões (aumentos/reduções)	11	0,00	1.723,07
Provisões específicas (aumentos/reduções)	11	0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)	14.4	0,00	-3.500,00
Aumentos/reduções de justo valor	14.1	22.544,59	0,00
Outros rendimentos	14.13	186.137,34	150.362,23
Outros gastos	14.14	-17.431,55	-16.935,01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		240.908,29	245.680,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5-6	-181.131,82	-178.689,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		59.776,47	66.990,24
Juros e rendimentos similares obtidos	14.15	3.810,94	4.438,58
Juros e gastos similares suportados	14.15	-44.398,91	-58.423,93
Resultados antes de impostos		19.188,50	13.004,89
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		19.188,50	13.004,89

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificad

Paulo Augusto Abente Jorge
Isabel Maria Marques da Silva

Paulo Duarte
 CC 87647

Ulisses
Costa
Patricia Garcia Amaral

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes	10-14.3	4.519.338,77	3.665.878,88
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	14.8	-1.212.376,01	-1.291.676,39
Pagamentos ao pessoal	12	-3.208.835,53	-2.056.626,67
Caixa gerada pelas operações		98.127,23	317.575,82
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		173.472,96	-182.102,95
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		271.600,19	135.472,87
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	5-14.10	-73.759,44	-95.710,27
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	15.13	3.500,00	89.555,07
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	11	58.600,00	0,00
Juros e rendimentos similares	14.15	3.201,27	4.438,58
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-8.458,17	-1.716,62
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	300.000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		3.416,09	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	8	-198.548,71	-171.322,95
Juros e gastos similares	14.15	-44.398,91	-58.423,93
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-239.531,53	70.253,12
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	14.6	23.610,49	204.009,37
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		403.591,66	199.582,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período		427.202,15	403.591,66

A Mesa Administrativa
 Paulo Couto
 Isabel
 Patrícia Garcia Amarel

O Contabilista Certificado
 Paulo Duarte
 cc 87647

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 500875804
 Moeda: (Valores em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024 Reexpresso												
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	1	318.301,19	0,00	0,00	2.638.243,03	0,00	4.135.273,84	998.023,72	-98.808,21	7.991.033,57	0,00	8.016.656,07
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					40.420,54		-40.420,54			0,00		0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-140.424,89				98.808,21	-41.616,68		-41.616,68
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	2	0,00	0,00	0,00	-100.004,35	0,00	-40.420,54	0,00	98.808,21	-41.616,68	0,00	-41.616,68
RESULTADO EXTENSIVO	3								13.004,89	13.004,89		13.004,89
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3								111.613,10	-28.611,79	0,00	-28.611,79
Fundos										0,00		0,00
Subsídios, doações e legados								61.810,33		61.810,33		61.810,33
Outras operações												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024 Reexpresso	5								61.810,33	61.810,33		
	6=1+2+3+5	318.301,19	0,00	0,00	2.538.238,66	0,00	4.094.853,30	1.059.834,05	13.004,89	8.024.232,11	0,00	8.024.232,11

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses Minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado Líquido do Período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	1	318.301,19	0,00	0,00	2.538.238,66	0,00	4.094.853,30	1.059.834,05	13.004,89	8.024.232,11	0,00	8.024.232,11
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	4-14.7				40.420,53		-40.420,53			0,00		0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	4-12-14.7				13.004,89			-91.729,84	-13.004,89	-91.729,84		-91.729,84
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO	2	0,00	0,00	0,00	53.425,42	0,00	-40.420,53	-91.729,84	-13.004,89	-91.729,84	0,00	-91.729,84
RESULTADO EXTENSIVO	3								19.188,50	19.188,50		19.188,50
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3								6.183,61	-72.541,34	0,00	-72.541,34
Fundos										0,00		0,00
Subsídios, doações e legados	14.1							84.000,00		84.000,00		84.000,00
Outras operações												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	5				0,00	0,00	0,00	84.000,00	0,00	84.000,00		
	6=1+2+3+5	318.301,19	0,00	0,00	2.591.664,10	0,00	4.054.432,77	1.052.104,21	19.188,50	8.035.890,77	0,00	8.035.890,77

Contabilista Certificado

Paulo Duarte
 cc 87647

Mesa Administrativa

Paula Catarina
Isabel
Elvira
Patricia Garcia

Let
Joaq.
F. Wilson
Amoral

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE

SEIA

Anexo

31 de dezembro de 2025

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
3.1	Bases de Apresentação.....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: ..	17
5	Ativos fixos tangíveis.....	18
6	Ativos intangíveis.....	21
7	Locações.....	22
8	Custos de empréstimos obtidos	22
9	Inventários	23
10	Rédito.....	23
11	Subsídios e outros apoios das entidade públicas	24
12	Benefícios dos empregados.....	25
13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	25
14	Outras divulgações.....	25
14.1	Investimentos Financeiros.....	25
14.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	26
14.3	Clientes e Utentes.....	27
14.4	Outras contas a receber.....	27
14.5	Diferimentos	28
14.6	Caixa e Depósitos Bancários	28
14.7	Fundos Patrimoniais	28
14.8	Fornecedores	28
14.9	Estado e Outros Entes Públicos	29
14.10	Outras Contas a Pagar	29
14.11	Subsídios, doações e legados à exploração	30
14.12	Fornecimentos e serviços externos	30
14.13	Outros rendimentos.....	31
14.14	Outros gastos.....	31
14.15	Resultados Financeiros	31
14.16	Acontecimentos após data de Balanço	32

15 Passivos Contingentes e Garantias Prestadas pela Instituição	32
15.1 Passivos Contingentes.....	32
15. 2 Garantias Prestadas	32

det
José
Wagner
Paulo

1 Identificação da Entidade

A SANTA CASA DA MISERICORDIA DE SEIA é uma instituição sem fins lucrativos, com registo efetuado na Direção-Geral da Segurança Social, no Livro 1 das Irmandades das Misericórdias, sob o nº 1/84, fls. 155 e 155 verso e com sede em Rua da Creche, Seia.

Para que possa prosseguir os seus objetivos, desenvolve as seguintes atividades:

- Apoio ao Idoso na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário;
- Cuidados para crianças em Creche e Jardim de Infância;
- Cuidados de Saúde em Unidade de Cuidados Continuados Integrados e de Clínica Médica.
- Para além do apoio aos mais carenciados através da Loja Social com o Programa da Cantina Social, disponibiliza ainda, outros apoios à comunidade, como por exemplo formação profissional a ativos empregados e desempregados.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do mesmo Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Aviso Nº 8259/2015 de 29 de Junho (Norma de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo);
- Portaria Nº 218/2015 de 23 de Junho;
- Portaria Nº 220/2015 de 24 de Junho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão. Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

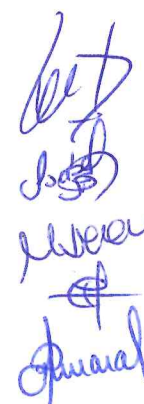
As depreciações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	5
Programas de Computador	5
Propriedade industrial	5
Outros Ativos Intangíveis	5

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.



3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Importa contudo referir que os principais imóveis encontram-se mensurados com base no método de revalorização, na sequência de avaliações imobiliárias realizadas em exercícios anteriores, algumas realizadas em 2015 e outras em 2017 e 2022.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	7

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que estas se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.



As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos, que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data do Balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “ As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa”;

b) “As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”;

c) “As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 20%, sobre a matéria coletável nos termos do n.º 1 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Neste exercício, foram contabilizados os seguintes factos relevantes que originaram alterações na conta de resultados transitados:

- A crédito, pela transferência do montante de 40 420,53€, para resultados transitados, pela utilização do excedente de reavaliação relativo à depreciação de edifícios reavaliados.
- A crédito pela transferência do resultado líquido de 2024, no montante de 13 004,89€.
- A débito pelo montante de 25 622,50€, relativo à revisão dos investimentos registados na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis em Curso, neste exercício a entidade procedeu à reavaliação do projeto designado “Celeiro Tech”, anteriormente previsto como investimento estratégico associado ao desenvolvimento do projeto “Vamos”.

Importa referir que o projeto “Vamos” foi concluído, não existindo previsão de renovação, prorrogação ou substituição por iniciativa de natureza idêntica que justifique a manutenção do investimento inicialmente projetado.

Face a este enquadramento, a construção do “Celeiro Tech” deixou de se revelar necessária ao desenvolvimento das atividades institucionais, não sendo expectável que venha a gerar benefícios económicos futuros nem potencial de serviço relevante para a entidade.

Nestes termos, e em cumprimento do princípio da prudência e do adequado relato financeiro, a entidade deliberou proceder ao desconhecimento do montante registado como Ativos Fixos Tangíveis em Curso relativo ao “Celeiro Tech”, por inexistência de viabilidade económica e funcional do investimento.

O valor correspondente foi regularizado por contrapartida de Resultados Transitados, por respeitar a registos efetuados em exercícios anteriores, refletindo-se assim a correção patrimonial nas demonstrações financeiras, sem impacto no resultado do exercício corrente.

Rubricas	31-12-2024	Ajustamentos	31-12-2024 Reexpresso
Ativos Fixos Tangíveis	8.628.760,50	-25.622,50	8.603.138,00
Resultados Transitados	2.563.861,18	-25.622,50	2.538.238,68

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

5 Ativos fixos tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2025, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Bens Imóveis	228.051,34	0,00	0,00	0,00	0,00	228.051,34
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	228.051,34	0,00	0,00	0,00	0,00	228.051,34

No período de 2025, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

2025						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Bens Imóveis	228.051,34	0,00	0,00	0,00	0,00	228.051,34
Arquivos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bibliotecas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Museus	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	228.051,34	0,00	0,00	0,00	0,00	228.051,34

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Handwritten signatures and initials:
 (B)
 Woon
 P
 Anual

2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.357.143,90	6.520,00	-5.500,00	0,00	0,00	3.358.163,90
Edifícios e outras construções	5.036.155,00	48.683,87	0,00	0,00	0,00	5.084.838,87
Equipamento básico	1.472.472,10	21.615,21	0,00	0,00	0,00	1.494.087,31
Equipamento de transporte	253.042,59	0,00	0,00	0,00	0,00	253.042,59
Equipamento administrativo	148.998,44	24.998,31	0,00	0,00	0,00	173.996,75
Equipamentos Biológicos	9.565,44	0,00	0,00	0,00	0,00	9.565,44
Outros Ativos fixos tangíveis	144.890,09	0,00	0,00	0,00	0,00	144.890,09
Total	10.422.267,56	101.817,39	-5.500,00	0,00	0,00	10.518.584,95
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	201.343,58	106.552,05	0,00	0,00	0,00	307.895,63
Equipamento básico	1.092.782,86	52.802,16	0,00	0,00	0,00	1.145.585,02
Equipamento de transporte	225.229,88	7.233,72	0,00	0,00	0,00	232.463,60
Equipamento administrativo	154.506,88	7.601,60	0,00	0,00	0,00	162.108,48
Outros Ativos fixos tangíveis	100.314,77	0,00	0,00	0,00	0,00	100.314,77
Outras Imobilizações Corpóreas	3.663,56	746,39	0,00	0,00	0,00	4.409,95
Total	1.777.841,53	174.935,92	0,00	0,00	0,00	1.952.777,45

2025						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	3.358.163,90	0,00	-3.500,00	0,00	0,00	3.354.663,90
Edifícios e outras construções	5.084.838,87	36.482,45	0,00	16.960,27	0,00	5.138.281,59
Equipamento básico	1.494.087,31	3.310,49	0,00	0,00	0,00	1.497.397,80
Equipamento de transporte	253.042,59	24.192,30	-76.165,33	0,00	0,00	201.069,56
Equipamento administrativo	173.996,75	1.200,05	0,00	0,00	0,00	175.196,80
Equipamentos Biológicos	9.565,44	0,00	0,00	0,00	0,00	9.565,44
Outros Ativos fixos tangíveis	144.890,09	0,00	0,00	11.740,41	0,00	133.149,68
Total	10.518.584,95	65.185,29	-79.665,33	28.700,68	0,00	10.509.324,77
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	307.895,63	109.200,66	0,00	0,00	0,00	417.096,29
Equipamento básico	1.145.585,02	45.384,19	0,00	0,00	0,00	1.190.969,21
Equipamento de transporte	232.463,60	11.668,98	-76.165,33	0,00	0,00	167.967,25
Equipamento administrativo	162.108,48	10.388,95	0,00	0,00	0,00	172.497,43
Outros Ativos fixos tangíveis	100.314,77	0,00	0,00	0,00	0,00	100.314,77
Outras Imobilizações Corpóreas	4.409,95	735,07	0,00	0,00	0,00	5.145,02
Total	1.952.777,45	177.377,85	-76.165,33	0,00	0,00	2.053.989,97

No que concerne às garantias reais prestadas pela Instituição, as mesmas encontram-se evidenciadas no ponto 16.2 do presente documento.

Relativamente ao imóvel situado na Rua da Creche da Misericórdia (serviços centrais), importa referir que a Instituição concluiu o plano de pagamentos acordado com o Município de Seia, sendo que a respetiva escritura foi outorgada no final do exercício de 2024.

No período de 2025, ocorreram os seguintes movimentos nos "Investimentos em Curso":

2025					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições	Transferências / Alienações	Variação do Justo Valor	Saldo Final
Construção Celeiro Quinta do Paçô	25.622,50	0,00	25.622,50	0,00	0,00
Remodelação/Ampliação UCC	6.273,00	2.885,58	0,00	0,00	9.158,58
Projeto Remodelação Edifício SAC	31.057,50	0,00	0,00	0,00	31.057,50
Requalificação Casa dos Vales N°1	0,00	1.458,78	0,00	0,00	1.458,78
Total	62.953,00	4.344,36	25.622,50	0,00	41.674,86

Relativamente ao Excedente de Revalorização, o quadro infra evidencia a evolução do excedente de revalorização verificada durante os exercícios de 2025:

2024			
Rubrica	01-01-2024	Realização 2024	31-12-2024
Terrenos e Recursos Naturais	2.054.247,83	0,00	2.054.247,83
Edifícios	2.021.026,00	40.420,53	1.980.605,47
Total	4.075.273,83	40.420,53	4.034.853,30

2025			
Rubrica	01-01-2025	Realização 2025	31-12-2025
Terrenos e Recursos Naturais	2.054.247,83	0,00	2.054.247,83
Edifícios	1.980.605,47	40.420,53	1.940.184,94
Total	4.034.853,30	40.420,53	3.994.432,77

A realização do excedente de revalorização está associada com as depreciações reconhecidas durante o exercício, importando referir que a Instituição não procedeu à alienação de qualquer imóvel que se encontra mensurado com base no método de revalorização.

6 Ativos intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2024						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de desenvolvimento	3.500,00	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	15.646,09	0,00	0,00	0,00	0,00	15.646,09
Total	19.146,09	0,00	3.500,00	0,00	0,00	15.646,09
Depreciações acumuladas						
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	4.114,95	3.753,97	0,00	0,00	0,00	7.868,92
Total	4.114,95	3.753,97	0,00	0,00	0,00	7.868,92
2025						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	15.646,09	0,00	0,00	0,00	0,00	15.646,09
Total	15.646,09	0,00	0,00	0,00	0,00	15.646,09
Depreciações acumuladas						
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos intangíveis	7.868,92	3.753,97	0,00	0,00	0,00	11.622,89
Total	7.868,92	3.753,97	0,00	0,00	0,00	11.622,89

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "Final" written vertically.

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2025			2024		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Sist. Solar Térmico Creche/Jardim	34.614,16	17.315,70	17.298,46	34.614,16	15.006,94	19.607,22
Sist. Solar Térmico Telhado UCC	103.056,00	37.233,30	65.822,70	103.056,00	30.359,46	72.696,54
Sist. Solar Térmico Telhado ERPI	113.904,00	32.288,95	81.615,05	113.904,00	24.691,55	89.212,45
Total	251.574,16	86.837,95	164.736,21	251.574,16	70.057,95	181.516,21

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2025			2024		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	21.432,19	14.767,22	36.199,41	19.783,56	13.631,28	33.414,84
De um a cinco anos	98.917,80	68.156,40	167.074,20	98.917,80	68.156,40	167.074,20
Mais de cinco anos	73.212,51	50.727,59	123.940,10	93.700,26	64.847,76	158.548,02
Total	193.562,50	133.651,21	327.213,71	212.401,62	146.635,44	359.037,06

8 Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	195.156,63	574.609,95	769.766,28	191.449,16	770.524,21	961.973,37
Locações Financeiras	21.432,19	132.712,88	154.145,07	19.783,56	152.496,44	172.280,00
Total	216.588,82	707.322,83	923.911,35	211.232,72	923.020,65	1.134.253,37

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2025			2024		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	195.156,63	27.336,71	222.493,34	149.152,44	41.938,64	191.091,08
De um a cinco anos	533.984,95	46.235,18	580.220,13	551.823,22	129.141,59	680.964,81
Mais de cinco anos	40.625,00	838,43	41.463,43	112.357,08	8.932,74	121.289,82
Total	769.766,58	74.410,32	844.176,90	813.332,74	180.012,97	993.345,71

No que concerne às garantias prestadas pela Instituição com vista ao cumprimento das responsabilidades assumidas perante as Instituições Financeiras, as mesmas encontram-se evidenciadas na nota 15.2 do presente documento.

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024			2025			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	13.301,60	13.359,88		15.321,33	15.334,00		13.943,78
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	32.395,63	415.445,47	-15.159,53	27.314,84	402.794,54	-12.748,96	29.040,84
Produtos acabados e intermédios	0,00			0,00			0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00			0,00			0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00			0,00			0,00
Total	45.697,23	428.805,35	-15.159,53	42.636,17	418.128,54	-12.748,96	42.984,62
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				416.706,88			405.031,13
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	262,14	707,09
Prestação de Serviços		
-Quotas de utilizadores	1.622.197,23	1.587.858,17
-Quotas e joias	5.236,00	5.157,50
-Acordos de cooperação	2.810.390,50	2.473.481,66
Total	4.438.085,87	4.067.204,42

Os pagamentos do estado para pagamento dos serviços prestados, desagregam-se do seguinte modo:

Descrição	2025	2024
Prestações de Serviços ao Estado e outros entes públicos		
-ISS,IP - Centro Distrital - Creches	596.714,07	465.991,69
-ISS,IP - Centro Distrital - Jardins de Infância	237.223,65	199.401,51
-ISS,IP - Centro Distrital - Cantina Social	15.780,45	0,00
-ISS,IP - Centro Distrital - Apoio Domiciliário	103.443,84	90.990,70
-ISS,IP - Centro Distrital - ERPI	472.193,73	379.140,39
-ISS,IP - Centro Distrital -UCCI	146.632,36	135.566,97
- ISS,IP - Centro Distrital-POAPMC	0,00	0,00
Administração Central do Sistema de Saúde	1.238.402,40	1.202.390,40
Total	2.810.390,50	2.473.481,66

11 Subsídios e outros apoios das entidade públicas

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025	2024
Subsídios do Governo		
Piddac	125.227,88	132.832,93
ARS do Centro	440.524,31	453.110,72
MASES	20.400,00	21.000,00
QREN	0,00	15,77
DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais	23.827,92	25.550,42
ISS - PRR - RE - CO3-i01-000012-Viatura Elétrica	11.255,34	17.405,34
PRR-RE-i01-2023-Caixailharia Creche	24.879,22	77.000,00
PRR-RE-C03-i01-14-000318 Viatura Elétrica Adaptada	25.000,00	0,00
Mobilidade Verde-T0 1.1-Auisição Viatura Elétrica	40.000,00	0,00
Subsídios de Outras Entidades		
Fundo Rainha D. Leonor	181.563,73	185.827,46
Fundação "la Caixa" - Projeto "O Ninho"	2.502,00	3.751,50
Fundação "la Caixa" - Para Melhor Cuidar"	5.785,81	7.201,91
BPI+ VAMOS - Cuidar em Demência	16.000,00	20.000,00
Total	916.966,21	943.696,05






12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2025 e 2024, foram, 16.

Os órgãos diretivos não usufruem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de 161 e em 31/12/2025 foi de 165.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	2.679.521,31	2.311.525,05
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	3.906,07	6.789,06
Encargos sobre as Remunerações	553.763,15	490.435,08
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	54.097,14	69.690,62
Gastos de Ação Social	28.834,56	26.905,07
Outros Gastos com o Pessoal	85.115,33	39.792,71
Total	3.405.237,56	2.945.137,59

13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2025 e 2024, foram de 5 416,06,00€ e 5 780.86€ em cada um dos períodos.

14 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Investimentos noutras empresas	500,00			500,00
Outros investimentos financeiros	27.232,49	34.285,00	26.300,09	35.217,40
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00			0,00
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	19 000,00	0,00	19 000,00
Total	27.732,49	34.285,00	26.300,09	54.717,40

No decurso do exercício foram efetuadas as seguintes alterações com impacto nas demonstrações financeiras:

- (i) desreconhecimento dos Fundos de Compensação do Trabalho (26 300,09), na sequência do respetivo resgate, tendo os montantes sido aplicados no financiamento de formação profissional destinada aos trabalhadores da Instituição;
- (ii) reclassificação e revalorização do ouro adquirido para investimento (34 285,00), de acordo com a sua natureza e mensuração à data de relato;
- (iii) reconhecimento da doação de um imóvel sito em Seixo da Beira (19 000,00), registado pelo justo valor à data da doação, recebido por herança de um utente da ERPI.

14.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	29.513,24	26.804,24
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	-26.184,24	-23.658,24
Total	3.329,00	3.146,00

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2025	2024
Quotas	2.768,51	2.608,00
Total	2.768,51	2.608,00

14.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	92.264,51	93.666,51
Adiantamentos de Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Utentes	33.883,30	31.449,88
Perdas por imparidade		
Utentes	-33.883,30	-31.449,88
Total	92.264,51	93.666,51

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2025	2024
Clientes	2.534,42	0,00
Utentes	0,00	0,00
Outros Devedores	0,00	0,00
Reversões em dívidas a receber	-101,00	-910,04
Total	2.433,42	-910,04

14.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Adiantamentos a Fornecedores	664,33	71,65
Adiantamentos ao pessoal	1.441,83	0,50
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos		0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	154.936,45	21.365,47
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	479.642,95	383.380,41
Perdas por Imparidade	-18.390,70	-18.390,70
Total	618.100,71	386.427,33

14.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer	50.482,03	36.044,29
Total	50.482,03	36.044,29
Rendimentos a Reconhecer	255.912,02	10.026,00
Total	255.912,02	10.026,00

14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	Movimentos a Débito	Movimentos a Crédito	2025
Caixa	371,29	773.289,87	773.328,03	333,13
Depósitos à ordem	153.220,37	6.473.436,85	6.399.788,20	226.869,02
Depósitos a prazo	250.000,00	600.000,00	650.000,00	200.000,00
Total	403.591,66	7.846.726,72	7.823.116,23	427.202,15

14.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	318.301,19	0,00	0,00	318.301,19
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	2.563.861,18	53.425,42	25.622,50	2.591.664,10
Excedentes de revalorização	4.094.853,30		40.420,53	4.054.432,77
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.059.834,05	84.000,00	91.729,84	1.052.104,21
Resultado Líquido do Exercício				19.188,50
Total	8.036.849,72	137.425,42	157.772,87	8.035.690,77

14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	166.880,88	157.300,10
Fornecedores Cheques Pré-Datados	0,00	12.301,34
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	166.880,88	169.601,44

14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	17.970,35	9.165,35
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	17.970,35	9.165,35
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.900,63	9.391,08
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	28.123,94	10.781,76
Segurança Social	85.159,67	57.538,57
Outros Impostos e Taxas		0,00
Total	115.184,24	77.711,41

14.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		14.022,80		8.638,64
Outras operações				
Fornecedores de Investimentos		34.907,09		15.876,38
Adiantamentos de Clientes e Utentes		2.519,40		6.228,69
Adiantamentos por conta de vendas		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		438.329,97		346.746,35
Outros credores		48.970,30		48.061,92
Total		538.749,56		425.551,98

14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos		
-ISS,IP - Centro Distrital - Creches	0,00	0,00
-ISS,IP - Centro Distrital - Jardins de Infância	51.097,80	22.410,48
-ISS,IP - Centro Distrital - Cantina Social	0,00	0,00
-ISS,IP - Centro Distrital - Apoio Domiciliário	0,00	0,00
-ISS,IP - Centro Distrital - ERPI	0,00	0,00
-ISS,IP - Centro Distrital -UCCI	0,00	0,00
- ISS,IP - Centro Distrital-POAPMC	8.408,50	1.816,20
-ISS,IP - Centro Distrital - Adptar Social+	0,00	0,00
Instituto do Emprego e Formação Profissional	77.115,65	62.050,53
Administração Regional de Saúde do Centro	0,00	0,00
Autarquia	5.000,00	2.500,00
Instituto de Gestão Financeira - POISE	0,00	0,00
IFAP	2.521,20	3.868,33
IAPMEI	0,00	0,00
Fundação Calouste Gulbenkian	0,00	2.070,19
Instituições Particulares	0,00	0,00
Investidores Sociais		
- Investidores Sociais do Sector Publico	3.034,43	10.000,00
- Investidores Sociais do Sector Privado	21.000,00	12.500,00
Doações e heranças	29.940,16	57.542,18
Total	198.117,74	174.757,91

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

14.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	940,72	2.743,43
Serviços especializados	384.629,33	382.566,62
Materiais	38.334,33	31.890,96
Energia e fluidos	173.173,60	167.055,97
Deslocações, estadas e transportes	387,99	453,10
Serviços diversos	162.189,85	173.231,52
Encargos com utentes	11.419,26	6.448,46
Total	771.075,08	764.390,06

14.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	42.513,60	20.552,16
Descontos de pronto pagamento obtidos	2.817,85	4.073,63
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,04	131,59
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	70.192,01	72.881,47
Outros rendimentos	70.598,91	52.723,38
Total	186.122,41	150.362,23

14.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	1.152,87	1.295,29
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,27	0,00
Incobráveis	2.118,84	2.533,92
Perdas em inventários	0,05	5,75
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	14.159,52	13.100,05
Total	17.431,55	16.935,01

14.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	44.398,91	58.423,93
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	44.398,91	58.423,93
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	3.825,87	4.438,58
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	3.825,87	4.438,58
Resultados Financeiros	-40.573,04	-53.985,35

14.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

No contexto geopolítico atual, marcado pela intensificação do conflito entre os Estados Unidos da América e o Irão, e perante a possibilidade de agravamento das pressões inflacionistas, reconhece-se a existência de potenciais impactos indiretos sobre os custos operacionais da Instituição, nomeadamente ao nível dos bens alimentares, energia, combustíveis e serviços contratados.

Face a este cenário, a Santa Casa da Misericórdia de Seia procederá ao reforço das medidas de monitorização e controlo de custos, garantindo a adoção de práticas de gestão prudentes e ajustadas ao eventual aumento dos encargos.

Não obstante estes riscos, não se antecipa que tais fatores coloquem em causa a continuidade das operações da Instituição, estando assegurados os recursos e condições necessárias para o normal prosseguimento da sua atividade no futuro previsível.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 11 de março de 2025.

15 Passivos Contingentes e Garantias Prestadas pela Instituição

15.1 Passivos Contingentes

À data de reporte das demonstrações financeiras estavam em curso os seguintes processos judiciais:

- Processo nº 893/24.6T8GRD intentado pela CESP – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal e que tem valor de 30.000,01 Euros, existindo a convicção por parte dos assessores jurídicos de que a Instituição não será condenada;

15.2 Garantias Prestadas

Para assegurar o cumprimento das suas responsabilidades financeiras, a Santa Casa da Misericórdia de Seia constituiu diversas garantias associadas aos empréstimos contraídos junto

de instituições financeiras. Estas garantias visam mitigar o risco para os credores e garantir condições de financiamento adequadas às necessidades da instituição.

Abaixo detalham-se as garantias associadas a cada financiamento obtido:

Instituição Financeira	Valor Empréstimo Inicial	Finalidade	Garantias Prestadas
CCAM Serra da Estrela, CRL	1.500.000	Financiar obras de construção do edifício destinado à Unidade de Saúde	Hipoteca do imóvel a favor da CCAM (artigo U-1340)
Santander Totta	400.000	Linha COVID-19	Livrança subscrita pela Instituição
Montepio Geral	300.000	Fundo de Maneio	Livrança Subscrita pela Instituição Garantia prestada pelo FEI – Fundo Europeu de Investimento a favor do Montepio Geral

Seia, 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

Paulo Duarte
cc 87647

A Mesa Administrativa

Paulo Carlos de Aguiar Jares
Isabel Maria Marques da Silva
f. 1100000.
Of. 1100000.
Patricia Garcia Amaral



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Parecer do Conselho Fiscal



[Handwritten signatures in blue ink]

PARECER 01/2026

CONSELHO FISCAL

Parecer sobre o Relatório e Contas do Exercício de 2025

Aos dezasseis dias de março de 2026, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Seia, para nos termos da alínea f) do artigo 50º do Compromisso, apreciar as contas do exercício de 2025, apresentadas pela Mesa Administrativa e emitir o correspondente Parecer, a submeter à apreciação da Assembleia Geral, onde estiveram presentes todos os membros do Conselho Fiscal.

Ressalvamos que o parecer do Conselho Fiscal, relativamente à veracidade e segurança das demonstrações financeiras, está suportado na opinião expressa, através da Certificação Legal de Contas, emitida pela Alberto Martins, Magalhães & Associados, SROC LDA.

No que respeita ao resultado económico de 2025, todos os membros manifestaram a sua satisfação e agrado por se ter verificado novamente um Resultado Líquido positivo à semelhança do ano anterior, registando-se um resultado positivo de 19.188,50 euros.

No entanto, salientamos a amplitude do resultado negativo de algumas valências, de onde destacamos o Jardim de Infância, que não poderão deixar de ter uma análise exaustiva por parte da Mesa Administrativa no sentido de as corrigir pois afetam bastante o resultado da Instituição:

- 58.404,79 euros negativos da valência Jardim de Infância;
- 46.702,83 euros negativos da valência de Serviço Religioso e Cultural;
- 53.039,25 euros negativos da valência da Unidade de Média Duração e Reabilitação.

Deixamos também mais alguns pontos que merecem uma análise pormenorizada da sua evolução:

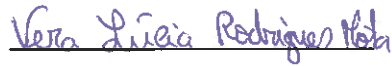
- os Fluxos de Caixa das Atividades Operacional apresentam um resultado positivo de 271.600,19€;
- os Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento apresentam um resultado negativo de 8.458,17€;
- os Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento apresentam um resultado negativo de 239.531,53€;
- a Caixa e seus equivalentes no fim do período apresentam um valor de 427.202,15€ tendo um acréscimo em relação ao ano 2024 de 5,85%;
- os Custos com Pessoal apresentam um valor de 3.405.237,56€ tendo em relação ao ano 2024 um acréscimo 15,62%;

- nos Fornecimentos e Serviços Externos apresenta um valor de 771.075,08€ tendo um acréscimo em relação ao ano 2024 de 0,87%;
- os Edifícios das várias valências, dada a sua vida útil, podem a curto/médio prazo necessitar de obras de conservação o que requer investimentos financeiros que devem ser estrategicamente planeados.

O nosso Parecer vai no sentido de que sejam aprovados o Relatório de Atividades e Contas apresentados pela Mesa Administrativa referentes ao exercício de 2025, dando desta forma um voto de confiança para a continuação da tendência dos resultados positivos apresentados.

Seia, 16 de Março de 2026

O Conselho Fiscal,



Presidente

Vera Lúcia Rodrigues Mota



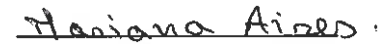
Suplente

Maria Eulália Anacleto da Silva Clara



Vice Presidente

Ricardo Nuno Dias Lopes Alves



Suplente

Mariana da Luz Figueiredo Aires



Secretária

Elisabete Maria Oliveira Cunha



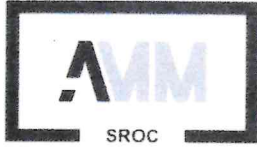
Suplente

Maria Fátima Pinto da Silva



[Handwritten signatures in blue ink]

Certificação Legal de Contas



A

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Seia** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2025 (que evidencia um total de 10.036.329 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.035.690 euros, incluindo um resultado líquido de 19.188 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Seia** em 31/12/2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

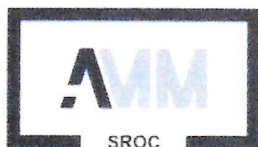
O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará



sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades e contas com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades e contas

Em nossa opinião, o relatório de atividades e contas foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 11 de março de 2026


Alberto Martins, Magalhães & Associados, SROC Lda, (SROC nº 226 / CMVM nº 20161520)
representada por
Luís Miguel Lopes Ferreira (ROC nº 1844 / CMVM nº 20170028)